

Sindicato, saúde e cidadania: a imprensa sindical entre as décadas de 1970 e 1990¹

Augusto Zanetti*

João Tristan Vargas*

Resumo:

O artigo examina a imprensa sindical de S. Paulo produzida entre o final dos anos 1970 e a década de 1990, apontando nexos entre as reivindicações ligadas à saúde e segurança no trabalho e a busca pelo alargamento da esfera da cidadania.

Abstract:

The article examines S. Paulo syndical press of the 1970's to 1990's period, pointing links between demands related to health and security at work and the search for citizenship enlargement.

No âmbito do Mercosul (Mercado Comum do Sul), durante e após sua criação no final da década de 1980, a busca dos sindicatos de trabalhadores pela efetivação dos direitos humanos de primeira e segunda gerações amplia-se com a intensificação das reivindicações por direitos de terceira geração. Como se sabe, a primeira geração de direitos humanos corresponde ao conjunto dos direitos civis e políticos, que se fundamentam no princípio da liberdade e cujo marco maior de origem é a Revolução Francesa; a segunda geração engloba os direitos sociais, que se baseiam no princípio da igualdade e que ganham destaque com a Revolução Russa e a assinatura do tratado de Versalhes, ao findar-se a Primeira Guerra Mundial. Quanto aos de terceira geração, trata-se dos que se inspiram no princípio da fraternidade, aí incluídos aqueles relativos às condições ambientais que favorecem a preservação da saúde física e mental dos

¹ O presente artigo apresenta resultados obtidos em pesquisa realizada no acervo Oboré, ao qual recentemente o Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM) conferiu tratamento arquivístico. Para esse fim, o CEDEM empregou verbas obtidas junto à Fapesp por meio de projeto de pesquisa sob responsabilidade de Augusto Zanetti, intitulado *O tema da organização do trabalho na imprensa sindical brasileira*.

* Doutor em História Social pela Unicamp, professor no Departamento de Relações Internacionais da UNESP-Franca.

* Doutor em História Social pela Unicamp, professor da Universidade Federal do Oeste do Pará.

trabalhadores. Na esfera do Mercosul, entre os sindicatos de trabalhadores que centraram forças na exigência dessas condições, destacaram-se os brasileiros, como veremos mais adiante nesta exposição.

A reivindicação de direitos humanos de terceira geração nos coloca *tout court* diante dos projetos de gestão de políticas públicas, uma vez que a proposição e realização destas são quase sempre o pressuposto ou uma condição importante para sua efetivação. Cabe notar que, assim como o setor empresarial, os trabalhadores organizados em sindicatos devem ser reconhecidos como agentes no processo mais geral que conduz à elaboração de políticas públicas. Como em outros países-membros do Mercosul, no Brasil o movimento sindical vem perseguindo, de inúmeras maneiras, a implementação de políticas públicas que resultem na construção de uma democracia política, econômica e social efetiva.

Examinando-se um período recente da atuação dos sindicatos de trabalhadores do estado de S. Paulo, compreendido entre o final dos anos 1970 e a década de 1990, podem ser notados nexos importantes entre as reivindicações ligadas à saúde e segurança no trabalho, colocadas por diversas categorias, e a busca pelo alargamento da esfera da cidadania.

A constatação resulta de pesquisa realizada no acervo Oboré, parcialmente organizado pelo CEDEM – Centro de Documentação e Memória Histórica da UNESP – entre 2008 e 2009. Tal acervo abrange periódicos e diversos outros materiais produzidos por sindicatos e associações de trabalhadores, além de grande quantidade de fotografias. A documentação abarca um período que vai do final da década de 1960 até os anos 2000 e tem origem em diversas regiões do país. O nome do acervo se deve ao fato de ter sido entregue pela Oboré, empresa editorial que no período prestou assessoria a entidades sindicais para a produção de material dirigido às respectivas categorias e que colaborou na feitura de parte dos periódicos e impressos em geral presentes no acervo. Grande parte deste compõe-se de material espontaneamente enviado pelos sindicatos e associações ao jornalista Sérgio Gomes, diretor da Oboré, que o utilizava em curso de jornalismo ministrado na ECA-USP (Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo) na década de 1990.

O recorte de tempo de nossa pesquisa coincide com o período que abrange desde o crescimento das lutas pelas liberdades democráticas, entre cujos marcos mais

destacados se incluem sem dúvida as grandes greves dos operários do ABC ocorridas em 1978, passando pelos anos de redemocratização propriamente dita, até a consolidação do Estado democrático nos anos 1990. Trata-se, como se sabe, de um período no qual os movimentos sociais continuamente colocaram questões relacionadas à demanda e luta por itens como a preservação e aumento dos níveis salariais, melhoria das condições de trabalho, igualdade de gênero na esfera do trabalho, melhoria das condições de moradia, alimentação, educação, saúde etc., cuja concretização significaria a efetivação de aspectos fundamentais para a condição de cidadão – além, é claro, das reivindicações diretamente ligadas à redemocratização. Essas questões percorrem toda a produção da imprensa sindical no período e se articulam de diversas formas com o tema da *saúde e segurança no trabalho*, focalizado neste artigo.

Saúde e segurança no trabalho: presença do tema na imprensa sindical

A questão da *saúde e segurança no trabalho* mantém contínua e crescente presença na imprensa sindical desde o final dos anos 1970. Entre os títulos do acervo Oboré, o jornal *Visão Trabalhista* e outras publicações do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região destacam-se no enfoque dessa questão, por eles quase cotidianamente abordada. O assunto é tratado no dia a dia, e periodicamente são apresentados retrospectos das atividades a ele relativas, realizadas pelo sindicato.

Tais publicações procuram mostrar um processo cumulativo nas conquistas referentes a saúde.

No final da década de 1980, esse jornal faz uma avaliação negativa do quadro constatado na esfera da saúde e segurança no trabalho (especialmente em Osasco e região), qualificado como de retrocesso. Porém, essa avaliação é apresentada juntamente com formulações que buscam valorizar a atuação do Sindicato e da categoria (como se constata na edição n.63, de dezembro de 1989).

Entre as evidências do “avanço” nessa atuação, o texto destaca a realização regular, pelo sindicato, de ciclos anuais de debates, ao longo de dez anos consecutivos até 1989, a organização de CIPAs, a orientação às lutas relativas à questão, travadas no interior das fábricas, e a “pressão junto às autoridades”, paralelamente à “organização de movimentos para pressionar os patrões”, com o fim de dar combate as más condições de trabalho. Menciona-se ainda a presença dos metalúrgicos de Osasco na Constituinte

Estadual, em 1989, visando obter garantias legais para a recusa ao trabalho em ambientes prejudiciais à saúde.

Pode-se identificar no *Visão Trabalhista* uma auto-imagem do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região como entidade destacada na luta por melhores condições de saúde e segurança no trabalho (como exemplo, temos a mesma edição referida acima). Embora os títulos editados pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região de fato se destaquem, em nossa avaliação, pela maior frequência de matérias relativas a saúde e segurança no trabalho, uma ênfase nesse tema pode ser encontrada na generalidade das publicações sindicais produzidas no início da década de 1980.

Os esforços da imprensa sindical por expor um quadro real

Entre as atitudes das publicações sindicais frente ao tema das condições de saúde e segurança, destaca-se, especialmente a partir da década de 1990, a busca por apresentar um quadro considerado real a esse respeito, em contraste com as estatísticas produzidas pelos órgãos públicos responsáveis, consideradas falhas. Como em Caderno publicado em 18.09.1990 (sem título) pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, focalizavam-se problemas tais como o elevado índice de acidentes de trabalho no setor metalúrgico, que resultava em mortes e mutilações, as condições de insalubridade, que ocasionavam casos de *surdez*, provocada pelo ruído excessivo, de *silicose*, causada pela aspiração de pó de sílica, de *saturnismo* (contaminação por chumbo) e outras intoxicações (por cromo, níquel e cianeto, derivados de clorados, benzeno e outros derivados orgânicos), e de asbestose, causada pelo trabalho com o amianto.

A categoria metalúrgica é apontada nas publicações desse sindicato como a mais atingida pelos acidentes de trabalho, vindo a seguir os químicos, os trabalhadores do setor têxtil e de vestuário, os do comércio, da construção civil, da alimentação, de bancos, do setor de móveis e madeiras, do transporte, dos derivados do petróleo, dos serviços de utilidade pública (Telesp, Sabesp, Prodesp), da produção de borracha, das indústrias gráfica, de papel e papelão e de brinquedos. Ao mesmo tempo, as publicações apontavam a insuficiência de pessoal dos governos federal e municipal para a fiscalização das condições de saúde e segurança no trabalho, na região de Osasco.

Como termo de comparação para essa situação, apontam-se imagens fortes, como o morticínio provocado pela Guerra do Vietnã (como na *Revista de Saúde do*

Sindicato dos Metalúrgicos de Cruzeiro, sem data, provavelmente do início da década de 1990) ou a de um “genocídio social” (como no boletim *Saúde do Trabalhador Metalúrgico* n.3, de outubro de 1992, editado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (ligado à central Força Sindical). Destaca-se ainda a situação do maquinário na indústria brasileira, que seria “antiquado e arcaico”, não atendendo a exigências mínimas de proteção ao trabalhador (mesmo boletim).

Saúde no trabalho e política sindical

Embora se constate, na imprensa sindical, uma esfera de consenso em torno do tema da saúde e segurança no trabalho, o exame da documentação evidencia também que a atuação nessa área figura entre os itens em torno dos quais ocorreram dissensões no meio sindical. A ênfase nas reivindicações concernentes a saúde, em certos casos, não deixa de ser utilizada como meio de diferenciação em relação a orientações sindicais concorrentes, como no caso da *Folha de Metal*, publicação do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região, filiado à CUT. Em números distribuídos ao longo do ano de 1990, tal ênfase é apresentada como evidência de uma atitude distinta em relação à que orientava a ação sindical no período anterior, a qual privilegiaria as reivindicações puramente econômicas.

Entre outros itens concernentes à área de saúde e segurança no trabalho a respeito dos quais se registrou discordância no meio sindical, figuram a metodologia do *mapa de risco* e a atuação nas CIPAs (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes).

A respeito do primeiro item, inicialmente (em 1991) parece ter havido certa convergência. Porém, no ano seguinte, o mapa de risco era denunciado, no âmbito da imprensa sindical ligada à CUT, como estratégia patronal para neutralizar a ação sindical, cuja aceitação por parte dos trabalhadores equivaleria à aceitação das condições de trabalho tais como são impostas pelo patronato, decorrentes da organização do trabalho e da produção. Tal visão é apresentada, por exemplo, no *Trabalhadores na Maxion* (jornal dirigido aos empregados dessa empresa metalúrgica, em nível nacional) n. 2, de novembro de 1992. Nessa mesma publicação, a recusa ao mapa de risco se articula com a desqualificação da CIPA como espaço próprio para a ação sindical, o que introduz um outro elemento de discordância – com os setores do movimento sindical que apostam na atuação da CIPA (dentre os quais se destaca o

Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco) como meio para a conquista de melhorias nas condições de trabalho.

A visão da CIPA como espaço a ser ocupado e potencializado pelos trabalhadores também se constata, porém, no material produzido por sindicatos ligados à CUT, como é o caso do Sindicato dos Químicos e Farmacêuticos de Araras e Região (sede em Mogi Guaçu). Pode-se observá-la no folheto *Plantão de Saúde* n.3, distribuído pela entidade em março de 1994 e, de modo geral, em múltiplas publicações da década de 1990 dirigidas ao meio bancário, nas quais a CIPA aparece como elemento valorizado como espaço de atuação, aos olhos da direção do sindicalismo cutista.

Em outras áreas de atuação sindical cutista na época, como o setor dos químicos em S. Paulo, constata-se manifestações no sentido da valorização tanto da CIPA como do mapa de riscos (caso do *Manual de LER – Lesões por Esforços Repetitivos* – n.4, de junho de 1995, editado pelo Sindicato dos Químicos e Plásticos de S. Paulo). No que diz respeito ao mapa, este é visto como oportunidade para ampliar o conhecimento dos trabalhadores sobre seu ambiente de trabalho e, por esta via (isto é, pelo “domínio” deste pelo conhecimento do trabalhador), ampliar, neste ambiente, o espaço no qual a vontade dos trabalhadores organizados possa ter um certo peso.

No caso específico do *Visão Trabalhista* (como vimos, órgão do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco), à CIPA chega a ser conferido um espaço de notável centralidade desde o início da década de 1980, evidenciando um grande investimento nessa instituição como instrumento para a transformação das condições de trabalho. É relevante notar que seu modo de conceber a atuação na CIPA é muito diverso da maneira como esta é vista por outro importante representante da central Força Sindical, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Pode-se constatar que, se no material impresso produzido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, a CIPA se apresenta como um espaço de disputa entre patrões e empregados, no caso dos textos divulgados pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo a expectativa é que tal Comissão se constitua num terreno de convergência entre as duas partes.

Relações com os poderes públicos e o patronato – a perspectiva de ação conjunta entre sindicatos, órgãos públicos e empresas

A pesquisa constatou, no caso específico do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região, que a busca por uma ação conjunta entre patrões, governo e sindicatos no âmbito da saúde e segurança no trabalho tornou-se um elemento constante de sua atuação, configurando uma expectativa presente em diversas de suas publicações a partir de meados da década de 1980. Nesse momento, o sindicato dá início a uma série de reuniões com a presença de representantes de outros sindicatos, da subdelegacia do trabalho, da Secretaria da Saúde, da Fundacentro, do INPS (ou INSS), do Ministério Público, das empresas e até da polícia, nas quais se formulam diagnósticos e propostas para a solução de problemas referentes àquele terreno. A partir do início da década de 1990, toma forma, no âmbito desse sindicato, toda uma estratégia de ação conjunta entre essas instituições, com o objetivo de forçar uma redução no número de acidentes e na incidência de doenças profissionais, na região. Tal estratégia pode ter-se afigurado plausível pela própria experiência concreta do sindicato, e é possível mesmo que tenha sido elaborada com base em tal experiência, pois entre 1989 e 1991 deu-se, por iniciativa desse sindicato, uma sequência de ações envolvendo operários do estabelecimento (que se mobilizam por meio de greve em março de 1990), representantes da Delegacia Regional do Trabalho de Osasco, da Polícia Federal, da Delegacia de Polícia local e do SUS (Sistema Único de Saúde), com vistas à eliminação de riscos físicos e químicos numa empresa da região, como informa o *Dossiê Mecanofabril* de 04/06/1991, divulgado pela entidade.

O possível significado da ação sindical quanto ao problema dos acidentes e doenças

A atuação sindical nesse âmbito parece delinear uma busca pela abertura ou ampliação de uma esfera de cidadania no chão da fábrica e outros locais de trabalho, vistos pelo patronato como espaço exclusivamente privado, sujeito unicamente à sua autoridade. Considerada sob esse ângulo, a perspectiva de uma atuação interinstitucional, na qual apostava o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, adquire o sentido de um investimento, de um lado, na efetiva realização das funções inerentes aos órgãos do poder público citados no material produzido por esse sindicato (a subdelegacia do trabalho, a Secretaria da Saúde, a Fundacentro, o INPS ou INSS e o

Ministério Público, além da polícia); de outro, no esforço para que as empresas reconheçam, de bom grado ou pela pressão institucional ou dos trabalhadores, a vigência de direitos destes no local de trabalho. Nesse esforço, a resistência com a qual se chocam os sindicatos, os trabalhadores e os agentes do poder público, aparenta ser, segundo avaliamos, a concepção, apontada acima, pela qual o local de trabalho pertenceria à esfera exclusivamente privada, devendo por isso sujeitar-se apenas à autoridade patronal.

Verifica-se que, em certos casos, situações de conflito geradas por acidentes ensejam um ampliação da influência sindical no terreno das decisões patronais sobre organização do trabalho e tecnologias a serem adotadas, que afetem a saúde e segurança no trabalho. Parece apontar nesse sentido o dossiê sobre *Segurança para os trabalhadores da Petroquímica União S.A.*, produzido pelo Sindicato dos Químicos do ABCD, de julho de 1996. Segundo a publicação, a partir de 1990, quando se iniciou o processo de privatização da Petroquímica União, teve início também uma fase em que se deixava de investir na conservação e modernização, realizando-se ao mesmo tempo numerosas demissões. O resultado teria sido o crescimento dos índices de acidentes e incidentes no estabelecimento, entre 1990 e julho de 1992. Após sucessão de acidentes e incidentes na empresa, greve e intervenção do Ministério Público, por intermediação deste foi firmado um acordo (na forma de uma Ação Civil Pública – Autos n. 1.065/92) cujos termos parecem ter representado melhoras na organização do trabalho do ponto de vista dos trabalhadores.

A referência “taylorista/fordista” na imprensa sindical

É relevante registrar que, no final da década de 1980, o chamado fordismo permanece, na visão da imprensa sindical, como o padrão dominante de organização do trabalho na indústria do país, determinando certos parâmetros para a ação dos sindicatos. Um exemplo temos no *Visão Trabalhista* n. 61, de outubro de 1989, que trata da campanha salarial desse ano. No periódico salienta-se que, entrando esta “nos seus momentos decisivos”, não se deve fazer hora-extra em hipótese alguma, de modo que a categoria esteja preparada para enfrentar a resistência patronal. “Se fizermos hora-extra”, pondera o autor, “estaremos contribuindo para formar estoques, diminuindo nosso poder de barganha. Em caso de greve, com a produção estocada os empresários

podem suportar vários dias de paralisação.” Assim, constata-se que o quadro geral do processo de trabalho que o sindicato visualiza é o do chamado fordismo, que inclui a formação de grandes estoques, e não a do toyotismo, em que se procura manter os estoques próximos ao zero.

Observamos também que, ao abordarem as LER, diversas publicações da imprensa sindical produzidas na década de 1990 as associam a formas de organização do trabalho pertencentes ao terreno do chamado taylorismo/fordismo. É esse o caso do *Manual de LER*, Coleção Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente n. 4, de junho de 1995, editada pelo Sindicato dos Químicos e Plásticos de S. Paulo (filiação à CUT). A referência sobre organização do trabalho, que será relacionada ao fenômeno das lesões, transparece no texto como nitidamente “taylorista/fordista”. Entre outras evidências, isso se patenteia pela listagem dos “fatores de risco” que favorecem o aparecimento de LER, a qual inclui itens que apontam para tal referência:

- “Trabalho automatizado, em que o trabalhador passa a não ter controle sobre suas atividades (computador, caixa eletrônico, esteira rolante, máquinas etc.).
- “Obrigatoriedade de manter o ritmo acelerado de trabalho para garantir a produção, mantendo as mãos e braços em constante funcionamento durante toda a jornada de trabalho.
- “Trabalho fragmentado; cada um exerce uma única tarefa de forma repetitiva.
- “Trabalho rigidamente hierarquizado, sob pressão permanente das chefias.” (p.8)

É interessante notar como tal referência aparece num período em que as formas de organização do trabalho relacionadas ao *modelo japonês* (que se colocam como alternativa ao “taylorismo-fordismo”) é que passavam a ganhar destaque no instrumental empresarial.

Se a forma de organização do trabalho que se costuma intitular como “taylorismo-fordismo” foi vista como origem de problemas de saúde, ao ser considerada sob outro ponto de vista, não deixou também de ser apresentada na imprensa sindical como referência positiva, a ser contraposta a iniciativas de mudanças no processo de trabalho. É o que parece evidenciar o *Jornal dos Trabalhadores/ CIPA na SACHS* (publicação da CIPA da metalúrgica Sachs, produzida pelo Departamento de Imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC) de maio de 1996:

“A Sachs já implantou uma série de modificações no seu sistema produtivo, através de mudanças significativas na forma de se trabalhar.

“Nós, trabalhadores na Sachs, já afirmamos diversas vezes que queremos a modernização do sistema produtivo, só que ele deve ser feito, em todos os setores, com escala de produção, fortalecimento do mercado e democratização da relação entre capital e trabalho.

“Isso quer dizer que se apostarmos na produção cada vez maior, que gere emprego, salários cada vez mais altos que permitam um consumo maior, haverá mais vendas e um desenvolvimento verdadeiro no país.

“A Sachs não vê as coisas dessa forma. Ela vem fazendo mudanças de cima para baixo, sem discutir com os trabalhadores, sem negociar e buscando apenas o que eles chamam de racionalização da mão-de-obra.

“Eles juram que isso não é facção, mas nós sabemos que é e vamos brigar contra.

“Por isso estamos de olho no tal Kaizen de segurança.” (p.4)

Trata-se, digamos, de uma reivindicação (cunhando-se aqui uma expressão provisória e improvisada) de “fordismo integral”, tal como se apresentava na visão do próprio Henry Ford, mas nunca plenamente experimentado no Brasil – um fordismo que não se limitaria à linha de montagem, mas incluiria a promessa de efetivos ganhos salariais, acarretando crescimento do consumo e desenvolvimento econômico geral. Contudo, esse horizonte “fordista” inclui também uma reivindicação própria do movimento operário, em nada assimilável às concepções de Taylor ou Ford: a democratização nas relações capital-trabalho.

O tratamento dos temas da organização do trabalho e das transformações tecnológicas pela imprensa sindical – marcos cronológicos

Pelo que pudemos apurar, o tema da organização do trabalho e das transformações tecnológicas aparece pela primeira vez no universo documental pesquisado apenas a partir do início da década de 1980. Na categoria metalúrgica, um dos exemplos é a brochura *Saúde em Revista*, órgão do Sindicato dos metalúrgicos de Mogi Guaçu, que, embora sem indicação de data, pode ser identificada, por crítica externa e interna, como tendo sido produzida nesse momento. A publicação inclui, entre os problemas que podem ser encontrados no ambiente de trabalho e que podem causar acidente e doenças, os “problemas na organização do trabalho – trabalho físico pesado, posturas incorretas, tensões emocionais, jornadas prolongadas de trabalho, trabalho noturno, trabalhos repetitivos, trabalhos em turnos”.

A partir de fins da década de 1980, nota-se um maior interesse pelas mudanças na organização do trabalho e na tecnologia aplicada ao processo de trabalho. O *Visão*

Trabalhista n. 61, de outubro de 1989, por exemplo, informa a participação de metalúrgicos brasileiros num seminário internacional realizado na Argentina, que abordou o impacto das novas tecnologias para os trabalhadores e discutiu especialmente os temas da robotização e da implantação dos círculos de controle de qualidade (CCQ), “que procuram explorar o trabalhador ao máximo, aumentando o ritmo produtivo e os perigos de acidentes de trabalho”.

Posições diante da terceirização e dos programas de Qualidade Total

A partir do fim da década de 1980 e com frequência cada vez maior durante a década de 1990, o tema da *terceirização* ganha destacada presença na imprensa sindical. Uma das principais preocupações quanto ao tema é o fato de esse processo (assim como outros itens do processo geral de reestruturação produtiva) estar ocorrendo de forma não negociada.

No meio sindical metroviário, segundo permite aferir a documentação compulsada, as iniciativas de terceirização foram vistas com apreensão. No *Plataforma* de 17/06/1993, por exemplo, fala-se diretamente em “barrar” a terceirização. É relevante notar que, como meio para contra-argumentação, o jornal recorre a uma referência amplamente aceita no meio patronal: a ideia de Qualidade Total. Assim, cobra “coerência da Companhia quanto às novas técnicas de organização do trabalho, com a implantação do programa de Qualidade Total”, que, de acordo com o periódico, estaria comprometido com a terceirização. Contudo (e evidenciando o caráter provisório da avaliação anterior no que respeita ao assunto), pouco tempo depois, na edição de 29/07/1993, mostra um olhar apreensivo também quanto à perspectiva de implementação e aprofundamento dos programas de Qualidade Total, mencionando os efeitos deletérios que esta teria acarretado para as condições de existência dos trabalhadores da Bélgica. Seus efeitos se traduziriam em intensificação do trabalho, estímulo à competição entre os trabalhadores, com a consequente desunião e aumento do número de acidentes de trabalho, além da geração de desemprego estrutural.

Em outros setores abrangidos pela documentação, como o bancário, ensaios de contradiscurso com emprego da referência à ideia de Qualidade Total continuaram a ser elaborados. É o caso, entre outros, de *O Espelho* (periódico dirigido aos funcionários do Banco do Brasil) Edição Nacional (n. 131), de abril de 1994, que destaca elementos

como as ideias de transparência, de ética, de democracia, de envolvimento da sociedade com a empresa e da criação de mecanismos de inter-relação crítica do consumidor com os serviços prestados, para questionar sua efetiva concretização no agir da empresa. Assim, podemos notar, no movimento de contra-argumentação empreendido pela imprensa sindical em relação às estratégias patronais visando o trabalho e o trabalhador, uma apropriação e ressignificação de itens encontrados no próprio arsenal discursivo patronal.

Posições diante do tema das inovações tecnológicas

Quanto ao impacto das inovações tecnológicas nos postos de trabalho, as visões que aparecem na imprensa sindical nem sempre são concordantes. Embora predomine a ideia de um impacto negativo, com diminuição dos empregos, pelo menos num caso pesquisado essa interpretação não é endossada. *O Espelho*, jornal produzido, como vimos, no âmbito do Sindicato dos Bancários de São Paulo (filiado à CUT) e dirigido aos funcionários do Banco do Brasil, traz, em edição para São Paulo, de fevereiro de 1995, um artigo que se contrapõe a declaração da direção do banco de que o processo de informatização do BB permitiria dispensar 25 mil funcionários:

“O processo de automatização do sistema financeiro é irreversível e impõe profundas alterações no processo de trabalho. Daí a concluir que as demissões são inevitáveis há uma grande distância. E má-fé também.”

A redução do emprego no setor bancário seria devida menos à automação de serviços do que a uma opção das empresas por limitar suas áreas de atuação dentro do sistema, procedendo a uma seleção de clientes e serviços a serem prestados e deixando o chamado “varejo bancário” para os bancos oficiais. As empresas do setor teriam ainda redirecionado recursos para outros ramos de atividade, diversificando sua esfera de atuação. Essa “opção estratégica”, juntamente com a terceirização, a flexibilização da jornada etc., é que teria sido “preponderante” para a redução dos empregos. Contudo, a interconexão de referências que o texto apresenta parece ter o propósito muito mais de viabilizar uma contra-argumentação que faça frente ao que se encara como uma inevitabilidade do processo de terceirização, do que de efetuar um exame concreto da situação. Tanto que, em número do ano seguinte, o mesmo jornal *O Espelho* (edição para São Paulo, sem data, mas provavelmente de dezembro de 1996 – datação por crítica interna) já adverte claramente para a possibilidade de demissões devido à

automação bancária, que no caso, estava ocasionando a transferência, para as agências, de serviços antes executados pelos Cesecs (Centros de Processamento de Serviços e Comunicações – os centros de processamento de dados do Banco do Brasil).

Podem ser observados também casos em que órgãos da imprensa sindical não focalizam nas inovações tecnológicas uma dimensão de *problema* para o trabalhador. Um exemplo temos no já citado boletim *Saúde do Trabalhador Metalúrgico* n.3, de outubro de 1992, publicado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que aborda a questão das condições de saúde e segurança no trabalho relacionando-a com o tema das inovações tecnológicas. Em matéria que traz algumas resoluções do II Encontro de Cipeiros Metalúrgicos, nota-se a expectativa de que uma colaboração entre empresa, sindicato e Estado possa evitar que as inovações tecnológicas tenham efeitos deletérios para os trabalhadores.

Em certos casos bastante específicos, órgãos da imprensa sindical chegaram mesmo a veicular *reivindicações por automatização*. O *Jornal da CIPA dos Trabalhadores na Ford* de agosto de 1996 traz um desses casos, em que o objetivo de automatizar seria acabar com o desconforto físico e evitar acidentes:

“Em 1992, ou seja, há quatro anos atrás, a CIPA fez um relatório exigindo que os transportadores do acúmulo [área de acúmulo de carrocerias] fossem motorizados.”

Conclusão

Em conclusão, podemos observar que o tema da saúde e segurança no trabalho colocou-se no período estudado como importante referência nos conflitos concernentes às relações de trabalho, apontando para uma disputa que diz respeito ao terreno da cidadania, o qual, no caso dos trabalhadores assalariados, coincide, num de seus aspectos fundamentais, com o próprio local de trabalho. Assim, no que se refere à questão da cidadania do trabalhador, nota-se no período estudado uma continuidade com o período da formação e consolidação do parque industrial brasileiro, quando, como concluiu Maria Célia Paoli examinando os anos 1930 e 1940², a luta dos operários pela execução das leis de trabalho se chocava com a concepção patronal de que a

² PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. *Labour, law and the state in Brazil: 1930-1950*. Thesis (Ph.D. in History) London: Birkbeck College / University of London, 1987.

fábrica era um espaço exclusivamente privado, no qual o Estado não teria o direito de intervir. Como vimos, o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco destacou-se numa busca por ação conjunta entre diversas instâncias dos poderes públicos, procurando também envolver o patronato, com vistas à melhoria das condições de saúde e segurança no trabalho. Tal tipo de iniciativa indica uma percepção de que, para a extensão da cidadania ao local de trabalho, seria indispensável buscar uma efetiva atuação do Estado, que, por meio de adequadas políticas públicas e com apoio ou pressão dos sindicatos, dê efetividade aos direitos existentes, fazendo recuar a auto-legitimação da visão patronal – como se constata, ainda gozando de bastante vigor – pela qual o local de trabalho é um espaço privado, a ser resguardado de intersecções com o espaço público.

PERIÓDICOS CITADOS

- Caderno (sem título). Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. 18/9/1990.
- Dossiê Mecanofabril*. Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região. 04/06/1991.
- Jornal dos Trabalhadores/ CIPA na SACHS*. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Mai. 1996.
- O Espelho*. Periódico dirigido aos funcionários do Banco do Brasil. Abr.1994. Edição Nacional, n. 131.
- O Espelho*. Sindicato dos Bancários de São Paulo. Edição para São Paulo. Fev. 1995.
- O Espelho*. Edição para São Paulo. [Dez. 1996].
- Folha de Metal*. Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região. Mar. 1990.
- Jornal da CIPA dos Trabalhadores na Ford*. Ago. 1996.
- Manual de LER – Lesões por Esforços Repetitivos*. Sindicato dos Químicos e Plásticos de S. Paulo. Jun. 1995, n.4.
- Plantão de Saúde*. Mar. 1994, n.3.
- Plataforma*. Sindicato dos Metroviários de São Paulo. 17/06/1993.
- Plataforma*. 29/07/1993.
- Revista de Saúde do Sindicato dos Metalúrgicos de Cruzeiro*. [1990].
- Saúde em Revista*. Sindicato dos metalúrgicos de Mogi Guaçu. [1980].
- Saúde do Trabalhador Metalúrgico*. Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Out. 1992, n.3.
- Segurança para os trabalhadores da Petroquímica União S.A.* Sindicato dos Químicos do ABCD. Jul. 1996.
- Trabalhadores na Maxion*. Nov. 1992, n. 2.
- Visão Trabalhista*. Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Out. 1989, n. 61.
- Visão Trabalhista*. Dez. 1989, n.63.